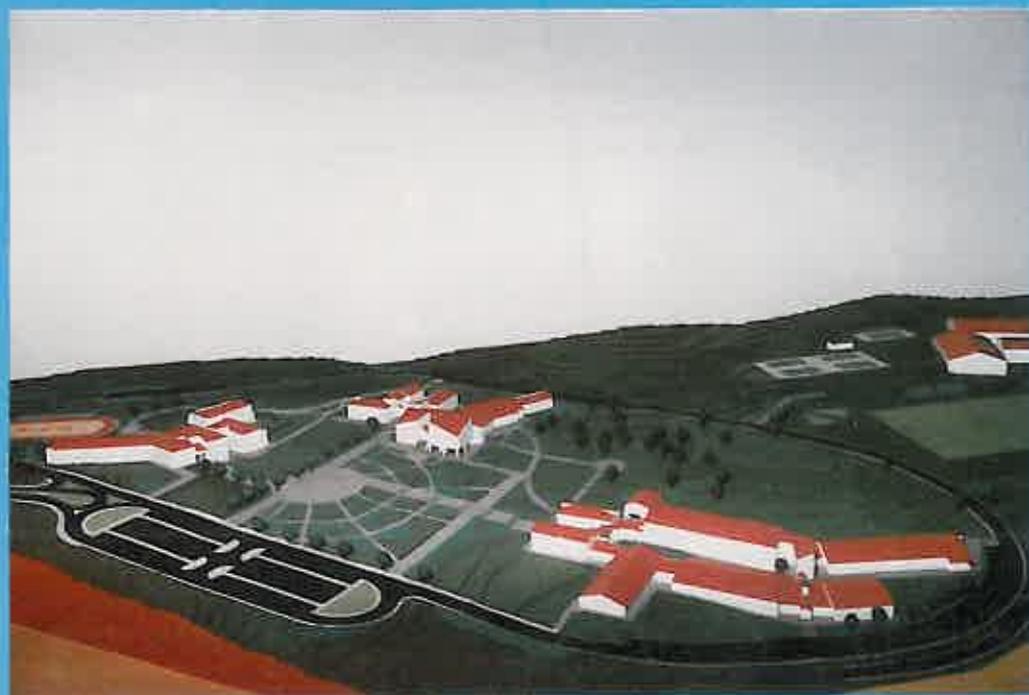


EDUCAÇÃO

e

TECNOLOGIA



Revista do Instituto Politécnico da Guarda

"EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA"

Revista do Instituto Politécnico da Guarda

DIRECTOR: João Bento Raimundo

REDACÇÃO: Rua Comandante Salvador do Nascimento
Telef. 21634 6300 GUARDA

PROPRIEDADE: Instituto Politécnico da Guarda

EXECUÇÃO GRÁFICA: Secção de Reprografia do IPG

Depósito Legal N.º 17.891/87

Reprodução total ou parcial proibida

Nº 5 / Setembro / 89

ABERTURA PARA O MUNDO ...

"Português que viva apenas para Portugal, como acho queria o Velho do Restelo, não tem significado algum nem vale a pena existir no mundo; temos de viver para o universo, ou seremos inúteis".

Agostinho da Silva

Sempre defendemos a formação integral do indivíduo. Tal significa, para nós, em termos globais, o crescimento perante conhecimentos gerais e específicos; o acordar das potencialidades de cada um; a afirmação do indivíduo perante ele próprio, em primeiro lugar, perante os outros e o mundo, depois; o, já tantas vezes referido, saber, saber fazer, saber ser; enfim, um caminhar efectivo para a realização e para a felicidade.

O presente número, o quinto, de "Educação e Tecnologia", enquanto "um espaço aberto", objectivo — génese da sua existência e da sua afirmação — na linha do que atrás referimos, inclui já a participação de professores de Instituições ligadas ao Instituto Politécnico da Guarda pelo Programa Erasmus. Isto constitui um sinal evidente da cooperação que, a vários níveis, há alguns meses atrás, foi acordada em protocolos com Bayonne, Brighton, Coventry, Créteil, Pau e Salamanca.

Este aprofundamento de relações entre instituições europeias de ensino superior veio favorecer a vivência do espírito comunitário e imprimir nos alunos a consciencialização do conceito da nova Europa da cultura e dos cidadãos.

Defendemos e prosseguimos um caminho de abertura para o mundo das coisas, das pessoas e do saber, numa perspectiva integradora em que a verdadeira dimensão do humano se procure, se veja e se consubstancie na efectiva comunhão do universal.

João Bento Raimundo

Presidente da C. I. do
Instituto Politécnico da Guarda

O PROGRAMA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL DO 6º ANO DO ENSINO BÁSICO E OS ALUNOS DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS DA EUROPA

- UMA ABORDAGEM CRÍTICA -

José Luís Lima Garcia *

"Tomo a História como um dos meios mais adequados para nos familiarizarmos com os casos da nação presente, com as necessidades e os problemas do Portugal de agora". (I)

"No entanto, pode-se afirmar, quase com certeza, que para esses estudantes portugueses (a famosa segunda geração) nem sempre "Paris rima com o meu país". Uma certa hesitação ainda se encontra dentro deles. Ainda se vive o desejo de querer procurar Portugal em Portugal. Mas, quanto tempo ainda durará essa interrogação, por parte da segunda geração? Qual será, num futuro próximo, a nossa atitude?"

Uma coisa só podemos afirmar: não será de nenhuma maneira a dos nossos pais. A segunda geração recusa-se a ser hoje o povo da peregrinação ..." (II)

Ao iniciarmos este trabalho não quereríamos deixar, através das citações acabadas de referir, de projectar antecipadamente os tópicos das questões que consideramos importantes no equacionar do estudo da História de Portugal, pelos jovens desta segunda e terceira gerações de alunos, integrados nas comunidades portuguesas disseminadas pela Europa e cujo desenvolvimento procuraremos, com mais ou menos pormenor, realizar ao longo da presente intervenção.

* Professor-Adjunto na E.S.E.G.

(I) António Sérgio.

Introdução Geográfica-Sociológica à História de Portugal,
Lisboa, Edições Sá da Costa, 1973.

(II) Custódia Domingues,

"Aló, Portugal! Aqui França"

In Jornal da Educação, Ano VI, n.º65, Março de 1983.

As citações acima reproduzidas resumem, assim, por um lado, a importância da História, como disciplina adequada para familiarizar os jovens distantes da sua terra de origem ou da terra de origem dos seus ascendentes familiares, com os problemas e necessidades do Portugal de agora.

Por outro lado têm em linha de conta que nem sempre "*Paris rima com o meu país*", isto é, que a problemática social e cultural dos emigrantes e seus filhos, apesar de provirem de um país também ele integrante da Comunidade Europeia, pouco ou nada tem a ver com os interesses destas nações também aí integradas.

Deste modo, a História e a Cultura portuguesas, poderão ter ainda, caso haja vontade política e recursos económicos disponíveis, um papel importante no ultrapassar desta hesitação cultural, que ainda se nota em muitos dos jovens destas gerações mais novas, sem obrigatoriamente os condicionar a procurar as raízes em Portugal, entidade territorial e patrimonial física, donde há alguns anos atrás os seus progenitores saíram, para ganhar a vida por essa Europa fora.

A nossa abordagem sobre a programação de uma disciplina importante no (re)encontrar desta identidade nacional e cultural praticamente perdida ou em letargo até às periódicas férias de Verão nas aldeias e vilas matriciais, não poderá debruçar-se sobre o que até agora se convencionava chamar de comunidades de "expressão portuguesa", visto que nas novas gerações de alunos, muitos deles já perderam até a expressão veicular e mensageira da língua materna de seus pais e avós.

Tornar-se-á assim mais correcto falar numa geração de alunos da comunidade de ascendência portuguesa, que por motivações eminentemente sócio-económicas, embora não se deva deixar de incluir também motivações políticas e religiosas até Abril de 1974, foram obrigados a deixar Portugal e a procurar emprego nos mercados de trabalho da Europa Ocidental.

Aliás, a emigração de portugueses para a Europa não remonta só aos anos sessenta, visto que, e sobretudo para França, houve muitos portugueses que emigraram logo a seguir à primeira Guerra Mundial, muito embora pelo caudal de pessoas comprometidas nesta movimentação social intra-fronteiras, se considere o "*terminus*" da 2ª Guerra Mundial, como o marco qualitativamente e quantitativamente decisivo, na história migratória portuguesa recente, para o centro e norte deste continente, onde também e agora de direito estamos integrados.

Deste modo a procura de trabalho correspondeu económica e socialmente a uma resposta da mão-de-obra desqualificada, predominantemente rural, dos nossos concidadãos, para uma Europa industrialmente mais avançada, que com a expansão económica resultante do pós-guerra necessitava urgentemente de mão-de-obra para fazer aos projectos e investimentos, que as economias desses países periclitantemente tinham reencetado,

depois da depressão paralisante que a Europa tinha vivido entre os anos de 1939/45.

E assim sociologicamente se abria uma nova página na já longa História de Peregrinação ou Diáspora portuguesa, que remontava aos primórdios da Idade Moderna, quando os soldados, navegadores e religiosos acompanhavam as armadas para junto das populações do Novo Mundo, entretanto dado a conhecer pelos portugueses e aí condignamente puderam desempenhar as funções para que estavam vocacionados .

Com o reabrir das portas da Europa a estas deslocações sociais de povos economicamente menos desenvolvidos, como era o caso dos povos do Sul da Europa, nomeadamente os portugueses, o Brasil que durante muito tempo tinha absorvido quase toda a emigração portuguesa coeva (em 1925 ainda tinha recebido 41.518 emigrantes, o correspondente a 87,57% da emigração realizada nesse ano) ⁽¹⁾, acabava por perder este fluxo humano de anónimos e humildes antigos colonizadores, em favor da França, que só em 1969 tinha recebido 110.614 (72% do total de emigrantes portugueses), enquanto que no mesmo ano o Brasil recebia apenas 2.537 portugueses, valor correspondente a apenas 1,65% do total da emigração realizada nesse ano. ⁽²⁾

Deste modo a corrente migratória portuguesa integrava-se no movimento geral das migrações e deslocações sociais mundiais, que na segunda metade do século XX, ao contrário do que tinha acontecido anteriormente, especialmente em todo o século XIX e 1ª metade do século XX, em que as migrações transoceânicas se realizavam sobretudo da Europa para o Continente Americano, Africano e Asiático na direcção Norte/Sul, a partir da 2ª metade deste século, estas migrações passaram a realizar-se em sentido contrário, dirigindo-se invariavelmente do Sul para o Norte do globo, isto é, dos países denominadamente considerados "subdesenvolvidos" da África, Ásia e Europa mediterrânica, na qual se incluía Portugal, para os países altamente industrializados e considerados "desenvolvidos" do Centro e Norte da Europa.

Esta emigração demasiado recente, cuja actualidade ainda não nos permitiria um estudo exaustivo integrado no âmbito dos conteúdos de uma disciplina de Sociologia Histórica, por as conjunturas ainda continuarem actuamente diacrónicas e próximas do conteúdo de curta duração da Sociologia ou da Psicologia Social, mas ainda afastados dos conteúdos estruturais de longa duração, que caracterizam como objecto de pesquisa os

(1) António Teixeira de Sousa, "O Emigrante Português em França", in *Emigração, Problema Multinacional*, Novos Cadernos D. Quixote, pp.14 a 16; 18-19; 22-24, citado por Joel Serrão e outros, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, Antologia, Lisboa, Livros Horizonte, 1976, p.205.

(2) *Idem*.

conteúdos da disciplina de História ou da variante estrutural e sincrónica da Sociologia, a Sociologia Histórica.

Esta emigração, que pelo volume de pessoas atingidas e pelo facto de ser essencialmente uma deslocação laboral de mão-de-obra, a maior parte das vezes desqualificada, apresentou em Portugal "nuances" interessantes e demasiado enredadas com as realidades sócio-económicas de outros países no percurso intranacional dos mercados de trabalho, o que leva Olga Baptista, uma agente de cultura portuguesa colocada nos arredores de Paris, a alegoricamente afirmar em 1983, a respeito destes peregrinos fruto da diáspora que "*os que pe. deram direito a um berço não podem fazer mais do que procurar por aí a mama de uma qualquer loba gémea da romana.*" (3)

No caso português a procura desta "loba gémea" por parte dos oriundos deste país nessa Europa, que lhes garantisse a sobrevivência e algumas economias para aferrolhar, ocasionara que em 1981, segundo estatísticas da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, se encontrassem oficialmente fora do território nacional 3.540.812 portugueses, estando radicados na Europa 1.208.853 portugueses, o que correspondia a 34,14% de emigrados, enquanto que na América e África esse número se cifrava nos 2.331.959 portugueses, o que representava em termos percentuais um valor de 65,86%. (4)

Em termos gerais estes números mostram-nos como grosseiramente cerca de um terço da população portuguesa se encontra ausente do seu solo pátrio, com todas as consequências que uma ausência deste tipo, muitas vezes definitiva, viera a ocasionar nos sectores económico-produtivos do primário e secundário, especialmente na agricultura e indústria.

Este vazio de mão-de-obra, especialmente não qualificada, nas grandes cidades portuguesas do litoral, ocasionara que para preencher o lugar vago deixado por estes concidadãos, sobretudo em tarefas ligadas à construção civil, trabalhos domésticos, estiva e algumas actividades agrícolas do "hinterland" urbano, fosse necessário autorizar a entrada de emigrantes Cabo-Verdianos, que por causa de o seu território nacional estar condicionado pela insularidade e pela falta de pluviosidade, os levava a emigrar para a Europa, nomeadamente para Portugal e a ocupar o lugar que a hierarquia dos mercados de trabalho do sistema capitalista ocidental lhes reservava, conforme o maior ou menor grau de desenvolvimento sócio-económico apresentado.

Assim, e conforme a aproximação do hemisfério Norte, considerado mais desenvolvido e industrializado, que a economia

(3) Adérito Lopes, "Na região parisiense, o ensino do português por método novo" in *Jornal da Educação*, Ano VI, nº72, Dezembro de 1983, p.40.

(4) Maria Beatriz Rocha Trindade, "Remigratório. Conceitos e Formas de Migração e de Retorno", in *Revista História*, Lisboa, Edições Projornal, Ano IX, nº98, Dezembro de 1986, p.8.

do hemisfério Sul, verificamos que no processo da movimentação laboral portuguesa para o Norte e Centro da Europa se processa no seguimento dessa deslocação, uma movimentação em cadeia de massas humanas à procura de trabalho, proveniente de África, os Cabo-Verdianos, considerados como fazendo parte de um país "subdesenvolvido", para um país do Sul da Europa e considerado já na esfera da mediterraneidade, como bem caracterizou o Prof. Orlando Ribeiro, o território português a sul do rio Tejo e que em termos económicos e apesar de integrar a Comunidade Europeia, ainda não é considerado desenvolvido, como os países seus congéneres do Centro e Norte da Europa, pelo que a sua economia por apresentar características de transição entre a 1ª e a 3ª vagas de industrialização, se considerará eufemisticamente em "vias de desenvolvimento".

E por que em 1960 o processo de industrialização em Portugal ainda não acompanhara o mesmo processo verificado na restante Europa não mediterrânica, que continuava eminentemente agrícola e tradicionalmente empírica, os nacionais de Portugal, Espanha e Itália tiveram necessidade de ir buscar condições económicas mais favoráveis em países mais desenvolvidos como a França, que em 1981 tinha 859.438 portugueses integrados como uma das minorias imigrantes mais representativas da sociedade francesa, representando 71,09% dos portugueses emigrados em 1981 na Europa, enquanto que pela mesma estatística a Alemanha detinha 111.915 portugueses na sua sociedade, 9,25% dos portugueses emigrados para a Europa, a Grã-Bretanha com 45.000 portugueses (3,72%), o Luxemburgo com 30.000 portugueses (2,48%), a Espanha com 30.000 portugueses (2,48%) e a Bélgica com 18.000 portugueses (1,48%), constituindo a emigração para outros países valores mais baixos dos 18.000 homens, portanto sem grande significado para os valores acima discriminados, especialmente em relação aos valores dos portugueses emigrados em França. ⁽⁵⁾

A partida deverá provocar em termos da dialéctica opositiva um regresso, tanto ou quanto mais realizável, quanto menor e mais acessíveis forem as distâncias a vencer e eficientes e disponíveis os meios de comunicação a utilizar.

Ao contrário dos emigrantes idos para o Brasil antes da 2ª metade deste século, que partindo jovens só vinham a regressar ultrapassada a meia idade, os emigrantes da Europa, nunca chegam a perder o contacto directo com a sua terra natal, onde se deslocam amiudadamente, sobretudo no Verão ou durante as festas religiosas, pelo que Portugal para estes cidadãos se torna num "país de vaivém, de estar cá e de estar lá" ⁽⁶⁾.

(5) *Idem.*

(6) Lucília Salgado, "Portugal: país de vaivém de estar cá e de estar lá" in *Jornal da Educação*, Ano II, n.º20, Fevereiro de 1979, p.33.

Este pressuposto também conhecido pelo neologismo algo estranho de "Remigratorno" e que servia para titular esta situação algo confusa e imbricante de emigração e retorno, que caracteriza a fase actual das migrações intra-europeias, está na origem de muitas ambiguidades e hesitações sociais, e até legais, em que muitos emigrantes não clarificam eventuais mudanças de orientação de vida, não declarando situações de regresso definitivo, de reforma no país acolhedor e de imigração, ou de dupla residência respectivamente nos países de origem e de acolhimento.

Para nós, esta duplicidade e até ubiquidade de "estar cá e de estar lá", será o cerne de toda uma série de interferências sócio-psicológicas, que vão condicionar para sempre a comunidade familiar do português, que iniciou a sua peregrinação além Pirinéus, no dia em que deixou a sua aldeia ou vila nos idos tempos dos anos sessenta, muitas vezes a "salto", levando consigo apenas a esperança de dias melhores.

Este desassossego, na forma como o poeta individualmente o perspectivou e sentiu, irá desencadear, sobretudo, na geração mais nova, vulgarmente conhecida por segunda geração, desajustamentos irreversíveis a nível da personalidade individual do seu "ego" e até da percepção social do seu "super-ego", truncada por valores e padrões híbridos de culturas, muitas vezes diametralmente opostas e diferenciadas, que o transformam num autómato, num desenraizado, num descomandado e permanente insatisfeito, transportando de Babel para Sião, uma angústia e melancolia de imprevisíveis efeitos sociais, que poderão até eventualmente acabar na delinquência com a mais gravosa agressividade, como, aliás, recentemente aconteceu com os quadrilheiros filhos de emigrantes, que constituíam a terrível organização das "F.P.27".

Ilustrando melhor o efeito desastroso ocasionado na personalidade das novas gerações de indivíduos fruto da diáspora, onde eventualmente a ausência e a saudade do torrão natal não foram integralmente compensados e sublimados pelo melhor nível de salários, de vida e de prática consumista e até de escolaridade e assistência médica, procuraremos dar a palavra a Lucília Salgado, uma professora que analisou e viveu por dentro a problemática e o drama destas comunidades de portugueses emigrados, culturalmente rejeitados, colonizados e marginalizados pelos/nos países europeus, que moralmente os deveriam receber da melhor forma, visto que a sua permanência aí nesses países de acolhimento se destinava a dar a melhor contribuição ao seu desenvolvimento material e económico.

"Se a criança já assiste à emigração dos seus pais e a vive com eles, dá-se o corte com o seu meio habitacional e social: na grande maioria dos casos vai dum aldeia para uma grande cidade. O corte com os seus suportes afectivos: a protecção da

comunidade aldeia, os avós, os amigos, os animais, os seus brinquedos naturais. O corte com os seus meios de comunicação, outra língua, outros gestos, outros referenciais culturais.

Se ela nasce já no país que não é o dos seus pais, a situação ao contrário do que parece à primeira vista, ainda mais se agrava na maior parte dos casos. Até à idade de entrar para a escola vive a criança no meio fechado da sua família, duns raros amigos que às vezes se encontram. A aquisição da sua linguagem é feita na língua dos seus pais, normalmente pobre, pois ao fim dum dia de trabalho extenuante (são sempre os emigrantes que fazem os trabalhos mais duros!) as falas são parcas e apresentam à criança um modelo pouco rico e já deformado. A cultura que integra o referencial da criança é igualmente pobre porque é transmitida ao nível da família restrita faltando-lhe todas as outras componentes sociais.

Mas é esta a sua língua materna, a língua que a criança fala, a língua que seus pais lhe ensinaram e é esta a cultura em que sabe viver.

À entrada da escola tudo se modifica. A língua é outra, os hábitos diferentes, a sua pobre cultura hostilizada. Nos melhores casos temos a criança dita "indisciplinada" que comunica como pode, ao murro e ao pontapé. Defende-se. Nos piores, encontramos autismos e não são raros os casos abafados de suicídios infantis.

De quem a responsabilidade?

Por mais que se doure a pilula, a situação migratória acarreta dramas, na maior parte dos casos, insolúveis." (7)

Para atenuar a essa insolubilidade, pensamos que os programas de Cultura Portuguesa, nomeadamente de História e Geografia de Portugal, deveriam fornecer a bússola e o bálsamo, que permitissem, num futuro próximo a esta segunda geração de jovens, cujos pais não os têm mandado estudar para Portugal, combater a aculturação das identidades dos vários países de acolhimento, especialmente a francesa, alemã, flamenga, inglesa, italiana e até castelhana, através do conhecimento da realidade sócio-cultural do país de origem dos seus ascendentes, da integração do património territorial e humano originário num espaço mais vasto, que a criança migrante já manipula e compreende, da utilização da língua veicular originária, numa perspectiva, não somente semiológica, mas também eminentemente cultural, no conhecimento antropológico e etnológico do quotidiano vivencial de comunidades semelhantes às das regiões originárias dos seus antepassados mais próximos.

Também na análise histórica, económica, sociológica, psicológica dos mecanismos que impulsionaram os seus parentes mais directos a entrar no "vaivém errante" desta movimentação social, de forma a que no presente, uma situação similar não

(7) *Idem.*, p. 23.

sucedam com os descendentes mais novos desta segunda geração, muitas vezes já nascida nos países de acolhimento ou para lá transportada em tenra idade.

Só a História, a Geografia e outras Ciências Humanas e Sociais afins poderão, através de uma metodologia adequada, fornecer o substrato cultural, que estes jovens necessitam para complemento de uma formação permanente intercultural, polinacional e multivivencial, que permita, na medida do possível e em tempo de escolaridade obrigatória, ultrapassar os problemas da não identidade cultural com a nacionalidade de origem dos seus ascendentes mais próximos, como o são os seus progenitores ou qualquer outro elemento familiar do ramo colateral.

Mas para que tal desiderato se cumpra é necessário que a metodologia utilizada em História e Geografia não prime pelo fornecimento arbitrário e extemporâneo de conhecimentos desfasados da realidade e do imaginário dos jovens a quem fundamentalmente se destinam.

Ora, é inegável que o ensino da História de Portugal nos diversos ciclos do ensino básico e mais tarde no secundário, poderá decisivamente contribuir para atingir o objectivo de fornecer e reforçar a identidade em vias de extinção destes jovens desenraizados e perdidos, na Babel dos bairros limítrofes de muitas das cidades europeias.

Segundo o Recenseamento Geral da População de 1982 França Metropolitana, só em França havia em idade abrangendo as gerações mais novas de portugueses 218.620 jovens de idades até aos 14 anos, sendo 51,78% (113.220) do sexo masculino e 48,22% (105.400) do sexo feminino.

Quanto aos adolescentes com a idade superior a 15 anos, mas inferior a 24 anos, esse número baixava para 134.100 jovens, constituindo 50,55% (67.800) jovens do sexo masculino, enquanto 49,45% (66.300) eram jovens do sexo feminino.

De qualquer modo esta juventude de segunda e terceira geração até aos 24 anos, constituía em França até há cinco anos a esta parte, uma comunidade de 352.720 indivíduos, portanto 41,04% dos portugueses emigrados nesse país ⁽⁸⁾, números demasiado ilustrativos da força e juventude da quase metade de elementos da comunidade portuguesa em França.

Daí que o objectivo da História, como ciência humanística, possa dar a estes jovens portugueses ou de ascendência portuguesa, uma contribuição na explicação do presente, por vezes tão complexo, com uma intenção onde não subsistam preconceitos ou mitificações, que uma História demasiado nacionalista e de valores patrióticos individualistas demasiado exacerbados,

(8) Vasco Manuel Martins, "Emigrantes Portugueses em França, Breve retrospectiva" in *Revista de História*, Ano IX, nº98, Dez. de 1986, p.20.

tinham produzido no imaginário de várias e várias gerações de jovens portugueses, durante os 48 anos em que o regime se fechara às inovações e interferências externas.

Pretender-se-á, sim, uma história predominantemente científica, onde a explicação objectiva dos factos se superiorize aos reducionismos ideológicos e muitas vezes dogmáticos e irracionalmente emotivos, numa perspectiva aberta, lúcida, crítica e pluralista de fornecer conhecimentos vários, não manipulados, que permitam ao aluno escolher opções, apontar caminhos e formular soluções, próprias de um futuro cidadão moderno, actualizado, activo e crítico, plenamente inserido como cidadão europeu de ascendência e expressão portuguesa, no conjunto das outras comunidades e minorias étnicas integradas na Comunidade Económica e Cultural Europeia, já considerada como a terceira alternativa credível às hegemonias americana e soviética.

Mas para além de todo o esforço para se chegar à verdade, teremos de reconhecer que, apesar de tudo, a História, como as restantes Ciências Sociais não poderão alegar uma neutralidade ideológica total, seja qual for o seu grau de rigor científico.

Assim a História não visará apenas a simples descrição dos factos, mas procura *"alçar-se fundamentalmente à sua correlação e interpretação, ela achar-se-á sempre ligada às tendências mentais dominantes em cada época, desde a metodologia a seguir aos temas a estudar.*

Por outro lado, é manifesta a sua ligação ao devir social e aos valores que enformam qualquer sociedade, pelo que fatalmente a História se deixa impregnar pelo mundo das ideias, mesmo que isso ocorra muitas vezes de modo inconsciente.

Da escolha dos problemas a tratar à sua explicação, a ciência histórica pressupõe sempre um mínimo de orientação ideológica, tomando a palavra ideologia como uma certa visão do mundo e dos homens.

Não foi inocentemente que durante a época salazarista o ensino da História foi claramente orientado para ministrar uma certa imagem do passado nacional e universal, não tanto pela distorção dos factos como pela sua escolha ou omissão, de par com determinadas explicações ou mesmo justificações, que apontavam sempre no mesmo rumo. E não é por acaso que os programas da disciplina e o seu ensino sofrem mexidas de tomo quando ocorre alguma alteração política importante, como sucedeu com o 25 de Abril." (9)

Não foi por acaso e também por motivações ideológicas, que se pretendeu queimar em Portugal alguns dos vestígios escritos e monumentais do regime do Estado Novo, que nos governou

(9) Carlos Guimarães da Cunha, "História e Educação Cívica" in *Boletim da Associação dos Professores de História*, nº3, Abril de 1982, p. 12

durante 48 anos, num crime de lesa cultura incompreensível, visto que ao se queimarem estas fontes tão importantes dos últimos anos de história coeva portuguesa, ficaria por explicar meio século de história contemporânea nacional e as ilações que a história portuguesa tivera no contexto europeu e mundial conturbado pelo deflagar de duas das mais mortíferas guerras da humanidade.

Não foi por acaso e também por motivações ideológicas, que o Ministro das Relações Externas de Espanha, em visita recente ao Brasil, país desde sempre inserido na órbita dos países de expressão portuguesa, procurando contrariar esse facto, por questões fundamentalmente comerciais e culturais, procurou ignorar a patente portuguesa na descoberta ainda por provar, se voluntária ou involuntária, deste território da América do Sul.

Como também não foi por acaso e por motivações ideológicas, que a Revista da Unesco, "O Correio da Unesco" num número dedicado aos exploradores mundiais, ignorou praticamente as contribuições dos exploradores terrestres e marítimos portugueses do período moderno das descobertas, dando ênfase aos exploradores de menor nomeada de outros países política e afectivamente mais próximos do redactor do artigo, nomeadamente referindo a proeza de uma pequena viatura francesa de "dois cavalos", que pelos seus próprios meios e por via terrestre conseguiu atingir o continente Asiático.

E contra estas falsificações, mitificações, distorções ou omissões que os historiadores inseridos numa sociedade democrática e pluralista procurarão combater, colocando a disciplina ao serviço da valorização das capacidades e virtualidades humanas, do capital mais valioso, que ainda interessa preservar, defender, formar e acarinhar, como factor mais importante e decisivo na transformação das comunidades onde estão inseridos.

E é nesta medida e ainda como elemento, que fez parte de uma equipa que elaborou um manual de História de Portugal para o 6º ano de escolaridade, que por sinal veio a ser aprovado como manual de utilização destes jovens alunos espalhados pelas diversas comunidades portuguesas da Europa a partir do ano passado, que tomamos a liberdade de nomear algumas reflexões, que pensamos pertinentes como achega a algumas conclusões a retirar do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Ensino". *

Em relação ao programa de História de Portugal para o Ensino Básico na Europa pensamos o seguinte:

- O Ministério da Educação e a Secretaria de Estado das Comunidades deveriam em comum acordar sobre a equipa de professores profissionalizados que, conhecendo a realidade da emigração, estivesse apta a encontrar um

* Promovido pelo Instituto Politécnico da Guarda.

- programa que se adaptasse à realidade sócio-cultural destes adolescentes das comunidades portuguesas espalhadas pela Europa;
- Ao elaborar este programa dever-se-ia ter em conta, não só o jovem da 2^a e 3^a geração, que regressava ou retornava ao país de origem de seus pais, como também os jovens destas mesmas gerações, que continuavam inseridos como cidadãos no país de acolhimento de seus pais, mas que não queriam perder a identidade cultural dos seus ascendentes mais próximos;
 - Dever-se-ia elaborar um programa de História e Geografia de Portugal interligado com a área cultural de acolhimento dos países onde os emigrantes residiam, havendo um programa a aplicar nos países Românicos e outro nos países Anglo-Saxónicos;
 - Dever-se-iam aproveitar dos factos, figuras e exemplos da história nacional, aqueles que tivessem uma perspectiva mais europeísta e se possível até mais universalista e integrá-los no respectivo contexto da vivência do jovem filho de emigrante;
 - O programa deveria integrar a exploração dos conteúdos numa perspectiva diacrónica, de temas actuais do âmbito das ciências humanas e sociais como a etnologia, a antropologia, a sociologia, a economia e as ciências políticas;
 - O programa deveria, embora partindo do passado, recorrer permanentemente ao presente, que é a realidade e o tempo psicológico que estes jovens melhor conhecem. Seria o caminho mais plausível. Partir-se do mais concreto, mais actual para o mais distante;
 - Assim dever-se-ia partir da Geografia e da História nacional do passado, para a História local da comunidade de expressão românica ou anglo-saxónica que constitui o presente, no qual se têm integrado as novas gerações de emigrantes, para de certo modo perspectivar e antever o papel de Portugal e dos seus cidadãos no contexto futuro da História Europeia e Mundial;
 - Para evitar a concorrência desenfreada e a proliferação de muitos manuais, alguns sem a qualidade mínima exigível, o Ministério da Educação deveria abrir um concurso público nacional em Portugal e nas comunidades portuguesas da Europa, onde cada autor ou grupo de autores, apresentariam um projecto com a respectiva maquete da capa e os arranjos gráficos adequados, bem como dos conteúdos programáticos, para uma comissão especializada poder apreciar devidamente, da qualidade ou não, destes projectos;

- A aprovação do livro deveria vigorar por um período mínimo de dois anos e máximo de quatro anos;
- O Ministério da Educação e o Instituto Português do Livro deveriam controlar as tiragens destes livros escolares, evitando todo o tipo de especulação, a que os editores portugueses destes livros se acostumaram nos últimos anos, lesando grandemente os direitos que são legalmente devidos aos seus autores;
- Para além do aspecto gráfico sugestivo e da maleabilidade e resistência da capa, esta deveria referir-se a uma imagem retirada da História Moderna ou/e Contemporânea de Portugal e directamente ligada a um qualquer aspecto da diáspora lusiada;
- Deveria, depois, haver uma breve e clara nota prévia, indicando a forma como os alunos deveriam utilizar o seu livro de História;
- A introdução dever-se-ia referir à localização no tempo e no espaço, que o aluno deveria fazer, recorrendo-se a este propósito à Geografia e à História local da Comunidade ou grupo de países a que se destinaria o livro, quer se referissem a países românicos ou anglo-saxónicos, comparando as características destes países com a realidade portuguesa;
- No capítulo sobre a Península Ibérica antes da formação de Portugal, será importante referir a unidade na diversidade geográfica da Península Ibérica, salientando as contribuições particulares dos vários povos invasores na formação de um património cultural e monumental essencialmente ibérico;
- No capítulo sobre "Portugal na Península Ibérica" referir o processo de autonomização e a individualização de Portugal pelos pólos hegemónicos, que constituíram nomeadamente o Reino de Leão inicialmente e mais tarde o Reino de Castela;
- Referir a coexistência e solidariedade entre os vários reinos cristãos da Península, contra os muçulmanos e berberes islamizados, desdramatizando e desmitificando o carácter exacerbado de "Guerra Santa exterminadora" contra o Infiel e Bárbaro Sarraceno;
- No capítulo "Portugal, ilhas e costa ocidental Africana (Séc. XV)", referir a importância da expansão marítima portuguesa nas ilhas, Norte de África e descoberta da rota do Cabo, assinalando a importância da intervenção portuguesa nesta ligação com o caminho das Índias, com o orgulho e chauvinismo, que este gesto representou para a História Europeia e Mundial; Em Portugal, continua ainda subjacente por parte de uma certa elite intelectual o fantasma da palavra nacionalismo. Assumamos, de vez, a

nossa condição de exploradores, navegantes e comerciantes a partir do primeiro império marítimo europeu, sem qualquer subserviência ou complexo provinciano perante os estrangeiros. No final de contas outros povos europeus tiveram um comportamento idêntico ou ainda pior perante os povos americano, asiático e africano e assumiram-no com a dignidade, que a atitude positiva ou negativa, no momento histórico passado, o havia justificado ou injustificado;

- Referir ainda neste conteúdo que com a descoberta da rota do Cabo se deu o apogeu do império marítimo português, quer na Europa, como na África, Ásia e América. Salientar ainda a decadência por múltiplos factores, que teriam passado por causas políticas, económicas, demográficas e culturais;
- Associar numa perspectiva sincrónica este complexo histórico-geográfico ao contexto europeu dos outros impérios marítimos, nomeadamente o espanhol, francês, inglês e holandês;
- No complexo histórico-geográfico referente à colonização portuguesa do Brasil, salientar a importância da colonização portuguesa nesta colónia do Atlântico considerada a "Jóia da Coroa" lusitana na América, e associar a esta colónia as intervenções políticas e militares de outros povos europeus, nomeadamente Franceses, Holandeses e Ingleses;
- No quinto e último complexo, Portugal e as colónias Africanas referir a independência do Brasil e o interesse de Portugal, pelas colónias Africanas até então colonizadas a nível de feitorias comerciais escravocratas do litoral. Integrar a autonomia das colónias portuguesas no processo independentista "terceiro-mundista" emergente à segunda Guerra Mundial.

Para terminar, quereríamos só referir que na problemática sócio-pedagógica, sócio-profissional e sócio-cultural da emigração nacional, haveria em termos da instituição cultural e científica de vanguarda, que o Instituto Politécnico desta cidade representa, num distrito de forte área de implantação de emigrantes, distribuídos pelas comunidades da Europa, da América e da Ásia, continuar com o estudo da problemática da emigração, através de mais um conjunto de propostas, que eventualmente poderão ser aproveitadas por quem de direito, que passaremos a enumerar:

- Integrar nos currículos da Formação Inicial dos cursos de Professores do Ensino Básico dos 1º e 2º ciclos e de Educadores de Infância uma cadeira de opção sobre Emigração encarada numa perspectiva sociológica;
- Formar Professores que se dirijam para a Europa, através

de cursos especialmente criados no período do Verão, de nacionais residentes em Portugal ou nos territórios das comunidades de acolhimento e ainda de estrangeiros sensibilizados para esta problemática, incidindo a formação sobre a realidade que vão encontrar, nomeadamente onde haja núcleos fortes de implantação de cidadãos portugueses oriundos do distrito da Guarda ou das províncias da Beira Alta, Beira Baixa ou da Beira Litoral.

- Produzir material específico e adequado para o ensino em situação de migração;
- Apoiar, estimular e desenvolver a investigação na Escola através de protocolos assinados com Universidades e Escolas Superiores nacionais e estrangeiras, nomeadamente que se dediquem à problemática da emigração, e ainda desenvolver a investigação no campo da linguística, sócio-linguística, psicopedagogia do português, sociologia e história das migrações, que possam responder às necessidades do cidadão nacional emigrado, nomeadamente dos pertencentes à segunda e terceira geração.
- Realizar novos encontros internacionais, no seguimento deste sobre a "Problemática do Retorno e do Regresso e as condições sócio-profissionais de inserção", sobre os "Emigrantes e a Defesa do Património Cultural do País de Origem", "A Aculturação e os cidadãos de ascendência portuguesa espalhados pela Europa" e "As Migrações e a História Moderna e Contemporânea de Portugal".

Comunicação apresentada no Colóquio Internacional "Emigração e Ensino", promovido pelo Instituto Politécnico da Guarda, nos dias 28, 29 e 30 de Outubro de 1987.